

Entre Imagens e Letras: a memória da redemocratização do Brasil, a partir das fotografias dos livros didáticos de história

Risalva Ferreira Nunes de Medeirosⁱ 

Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, Brasil

Dulcilene Leite de Amorim Moraesⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Paulo Augusto Tamaniniⁱⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Ana Meyre de Morais^{iv} 

Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, Brasil

Resumo

O Período que antecedeu a Redemocratização foi marcado por vários conflitos políticos e sociais, e o livro didático tornou-se um recurso importantíssimo para a instituição e disseminação de sua memória. Isto posto, este artigo objetiva analisar, a partir das memórias imagéticas, como a Redemocratização do Brasil foi se instituindo como acontecimento político e sociocultural do Brasil relevantes. Metodologicamente, analisa-se as fotografias dos Livros Didáticos de História do Ensino Médio, aprovados pelo PNLD 2018, que se ocupam do Período de Redemocratização. O aporte teórico que se serve este artigo auxilia na compreensão das fontes imagéticas como artefato de ensino e pesquisa. Como resultado, infere que as fontes imagéticas acerca do Período de Redemocratização, que circulam nos livros didáticos de História, instituem uma Memória política no país.

Palavras-chave: Ensino. Conflitos Políticos. Imagéticas. Livros Didáticos. Memória.

Between Images and Letters: the memory of redemocratization in Brazil through photographs in history textbooks

Abstract

The period that preceded the Redemocratization was marked by several political and social conflicts and the textbook became a very important resource for the institution and dissemination of its memory. With that said, this study aims to analyze, based on imagistic memories, how the Redemocratization of Brazil was institutionalized as a relevant political and sociocultural event in Brazil. Methodologically, it analyzes photographs of High School History Textbooks approved by PNLD 2018, which depict the Redemocratization period. The theoretical contribution that this article follows helps to understand imagery

sources as a teaching and research artifact. As a result, it is possible to infer that imagery sources about the Redemocratization period that circulate in history textbooks establish a political memory in the country.

Keywords: Teaching. Political Conflicts. Imagery. Textbooks. Memory.

1 Introdução

2

O período que antecedeu a redemocratização foi marcado por vários conflitos políticos e sociais, e o livro didático tornou-se um instrumento essencial para a consolidação e disseminação de uma memória histórica determinada, que marcou fortemente a representação do passado. Lembrando que os livros didáticos existem dentro de um complexo contexto político e social, por se tratar de um livro que abrange uma ampla circulação, desde as escolas públicas até as privadas (MEDEIROS, 2021).

O livro didático, como ferramenta essencial ao processo de ensino aprendizagem, expandiu as possibilidades para a obtenção do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da relação entre os homens e a linguagem escrita, despertando interesse político, cultural, econômico e educacionais.

Como sujeito de análise, o livro didático de História, não somente pode conter imagens reais como pode suscitar reflexões acerca das influências ideológicas, fatos tidos como acabados, visões unilaterais de conteúdo, além da ausência de reflexão e senso crítico, tão indispensáveis na construção de um novo conhecimento. Percebemos que nos livros didáticos há múltiplas imagens presentes que podem ser objeto de análise: pinturas, desenhos, gravuras, fotografias, murais, charges etc.

As imagens no livro didático são também uma forma de narrativa, representam, então, uma percepção de passado. Uma das vertentes da história que tem recebido grande atenção é aquela que se debruça sobre os diversos tipos de textos imagéticos para pensar a escrita, a linguagem e a leitura de um fato.

As imagens relacionadas ao passado possibilitam vários olhares e interpretações da história, portanto, sob novas perspectivas e sensibilidades. As imagens acerca do



Período de Redemocratização trazem informações que mexem com memórias. Portanto, as imagens desse período representadas nos livros didáticos, servem para além de fontes de ensino, são fontes de pesquisa acerca da memória. Memória tem-se demonstrado como temática muito explorada nas academias e centros de pesquisa (TAMANINI; MEDEIROS; MORAIS, 2020).

3

O artigo traz as fotografias dos Livros Didáticos de História do Ensino Médio, aprovados pelo PNLD 2018, tornando-se peças fundamentais nas construções das narrativas sobre a Redemocratização, uma vez que, além de registros do passado, elas colaboram no processo de rememoração para as pessoas que as contemplam. No caso das fotografias do Período da Redemocratização, esperamos que, ao estudá-las de maneira aprofundada e crítica, possam estar contribuindo para esse processo de rememoração em busca de um futuro melhor, na esperança de que as injustiças do passado não mais se repitam.

2 A memória e a história da Redemocratização

A memória é fundamental na reconstrução da História da Redemocratização do Brasil. Memória do passado que retrata o presente, que permite compreender a continuidade dos fatos gerados no tempo. Trata-se de um passado vivido, que deixou marcas em um povo. Como afirma Halbwachs (2006, p.32): “esquecer um período de sua vida, é perder contato com aqueles que então nos rodearam”.

Para Halbwachs (1990, p.60), “a história vivida” tem tudo para constituir um cenário vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem do seu passado. Assim, as pessoas utilizam imagens do passado enquanto membros de “grupos sociais”, que sempre precisam da memória de outros indivíduos para confirmar suas próprias lembranças e para lhe dar resistência.

Assim, a história vivida é construída, como enfatiza Halbwachs (1990, p. 60):





Não é uma história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história, é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto (Halbwachs, 1990, p. 60).

4

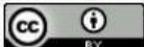
Maurice Halbwachs (1990, p.60) observa que a memória é uma construção social e que, embora sejam as pessoas que lembrem, são os “grupos sociais” que determinam o que se torna “memorável”. Ao recordar, os indivíduos se colocam no lugar do outro ou dos grupos, e se situam em uma ou mais correntes de pensamentos coletivos. Mesmo se perceber, as imagens intervêm na memória e recobrem as lembranças individuais.

A memorização do passado também transcende por meio da música, que veio como resistência e ao mesmo tempo esperança para o povo brasileiro nesse período em que o Brasil viveu um momento turbulento em sua história. Quando os militares assumiram o poder, a liberdade de pensamento foi cortada da população. Foi nesse contexto que surgiram as canções de protesto. A música serviu como um elo de expressão para a juventude refletir sobre os problemas internos e externos de seu país. Os estudantes se organizavam em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE) e questionavam um regime ditatorial que reprimia a participação política e as manifestações que demonstrassem perigo à nova ordem estabelecida.

Como demonstrou a letra da canção do compositor Geraldo Vandré, de 1979,

Caminhando e cantando e seguindo a canção / Somos todos iguais braços dados ou não / Nas escolas, nas ruas, campos, construções / Caminhando e cantando e seguindo a canção. Vem, vamos embora, que esperar não é saber / Quem sabe faz a hora, não espera acontecer (DIAS, 1979, p. 6 - 49).

Nessa canção, Geraldo Vandré Dias (1979, p.6 - 7) enfatizava as injustiças “pelos campos há fome em grandes plantações”, destacava a presença do exército nas ruas “Há soldados armados, amados ou não” e chamava as pessoas para se unirem na luta contra o poder “Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Geraldo foi preso e exilado, mas a música “Caminhando” (como ficou popularmente conhecida) é um clássico da música popular brasileira.





A educação foi bastante impactada pelo decreto do AI-5. No final de novembro de 1968, os militares haviam promulgado a Lei nº 5.540, da Reforma Universitária. O ensino profissional foi modificado em 1971, com a Lei nº 5.692, que instituiu o segundo grau técnico obrigatório. Portanto, o AI-5 tem impactos diretos na Educação, no que ele representou na repressão dos movimentos sociais organizados, na cassação de intelectuais, na aposentadoria compulsória de professores, na desmobilização de toda possibilidade de organização estudantil.

Com o decreto do AI-5, a sociedade perdeu todo um movimento de reformas de base que tentavam solucionar as graves desigualdades educacionais. Em Carrano (2018, p. n. p), o analfabetismo era um aspecto notável, era algo que “marcava o campo da educação e, por isso, foram criadas políticas de alfabetização”.

Para Carrano (2018, p. n.p.):

Toda a ideia da importância de Paulo Freire e da educação popular começava fortemente a ser praticada, pouco antes do Golpe de 1964, com projetos como os “Círculos de Cultura” e a campanha ‘De Pé no Chão Também se Aprende a Ler’, esta última experimentada em 1961, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Quando essas experiências de educação popular começavam a se institucionalizar e ganhar um caráter público operacional e massivo, isso é interrompido, “são colocadas no lugar formas mais instrumentais e menos políticas de formação do cidadão” (CARRANO, 2018, p. n.p.).

Com fim do governo ditatorial, em março de 1985, foi possível perceber no país uma sensação de esperança e, ao mesmo tempo, de apreensão quanto ao futuro. Por um lado, a liberdade política era restaurada. Por outro, a crise econômica e financeira atingia a população de forma desigual, sendo mais severa para a população mais pobre e para a classe trabalhadora. Desde o ano de 1985, o Brasil vive seu mais longo período democrático.

Com o processo de Redemocratização na década de 1980, as transformações da realidade brasileira e o entendimento da escola e do ensino como lugares políticos colocaram novamente a história em discussão, com suas múltiplas funções e significados, entre eles o de disciplina escolar. Nesse contexto, temas e questões presentes em discussões mais amplas sobre a Redemocratização foram incorporadas pelos





participantes dos debates no ensino de História, tais como a definição ampliada de cidadania como tornar-se sujeito da própria história e a preocupação com o cotidiano do aluno (CIAMPI; CABRINI, 2003).

Quando tratam de episódios que retratam o Período de Redemocratização, as imagens não são espelhos que refletem cristalinamente o ocorrido, não são clarividentes do pretérito, mas uma maneira de percepção daquele ontem (TAMANINI; MEDEIROS; MORAIS, 2020, p. 39).

3 Memória da educação e as imagens no livro didático de História

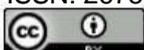
O livro didático está permeado de temas voltados para objeto de pesquisas, ele ocupa um lugar em destaque na trajetória da educação e no processo histórico e cultural da escolarização. Em uma perspectiva contemporânea, ele desempenha o papel de instrumento de propagação e recriação de saberes. No Brasil, insere-se no âmbito das práticas culturais contribuindo para expansão pedagógica e construção da identidade nacional. De acordo com Fonseca (2006, p. 47), “o livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”.

A importância do livro didático reside, pois, na explicação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica (BITTENCOURT, 2008). Ele tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares.

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. BITTENCOURT (2008, p. 299) diz que “trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros”.

Em complemento, assim afirma Zamboni (2008, p. 243):

A educação no século XXI é um desafio e tem como característica a complexidade decorrente da multiplicidade de mudanças e transformações ocorridas em todos



os setores da vida social, principalmente na segunda metade do século passado. E as políticas públicas referentes à escola não acompanharam o deslocamento populacional, os avanços tecnológicos e científicos e as mudanças socioculturais. Adicionados a esses fatores, os currículos escolares não expressam os paradigmas da cultura contemporânea. Milhares de crianças e adultos estão fora da escola e de qualquer outro projeto educacional. O princípio da escola democrática, baseado nos ideais liberais, nos quais a educação foi tomada como um direito universal, ainda não se realizou, embora seja datado do século XVIII. A educação proposta na época atendeu às necessidades da nascente burguesia, forjou uma identidade nacional e contribuiu para a formação do Estado nacional moderno. Um projeto único e homogêneo de educação significou, na prática, excluir, consolidar distinções e criar ambiguidades. Nesse sentido, a educação e a disciplina de História tiveram caráter enciclopédico e moral, marcado pela ideia de progresso, que deveria dar visibilidade à Nação (ZAMBONI, 2008, p. 243).

A partir do trecho acima, podemos dizer, então, que a educação tem por objetivo transformar a sociedade através de uma política pública voltada para formação de cidadãos conscientes. Nesse sentido é fundamental o estudo crítico da História, por fazer parte do cenário da formação desse cidadão.

Circe Bittencourt (2008, p. 311-316) em sua abordagem sobre a análise do livro didático considera importantes os aspectos formais: “a capa”, com suas “cores” e “ilustrações”; os “conteúdos históricos escolares”, isto é, como os conteúdos são apresentados e sistematizados na proposta curricular; e os “conteúdos pedagógicos”, que se detém na forma em que o aluno articular o processo de aprendizagem.

De acordo com sua percepção:

O livro didático, [...], é um material importante e de grande aceitação porque, além de fornecer, organizar e sistematizar os conteúdos implícitos inclui métodos de aprendizagem da disciplina. Não é apenas livros de conteúdos de História, de Geografia ou de Química, mas também um livro pedagógico, em que está contida uma concepção de aprendizagem. A seleção de atividades apresentadas e sua ordenação no decorrer do texto não são aleatórias e requerem uma análise específica, para perceber a coerência do autor em sua proposta e fornecer condições de uma aprendizagem que não se limite a memorizações de determinados acontecimentos ou fatos históricos, mas permita ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais (BITTENCOURT, 2008, p. 315).

Para aprovação do livro didático, é necessário que ele contemple conteúdos pertinentes à observação de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.



Seriam excluídas do PNLD 2018 as obras didáticas que:

Veiculassem estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos; fizessem doutrinação religiosa, política e/ou ideológica, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público; e utilizassem o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais (BRASIL, 2018, p. 33-34).

8

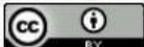
Nos livros didáticos de História para o Ensino Médio, PNLD 2018, as imagens dialogam com a escrita e estão presentes no curso do texto central e nos boxes, com algumas propostas de atividade. As imagens também são encontradas nas aberturas das unidades e capítulos, em linha do tempo, complementares, propondo uma relação entre presente e passado. As imagens visuais que se destacam nos livros são mapas, tabelas, obras de arte, documentos, personagens, charges, gráficos etc., são ilustrações que retratam eventos históricos condizentes com a escrita e apresentam-se em cores ou também em preto em branco.

A maneira de representar através de imagens oficiais um período histórico tão importante como é a Redemocratização do Brasil para a nossa história, nos remete à ideia de fotografia pública. São fotografias oficiais que mostram o presidente em pose distinta, bem-vestido, em evento oficial. A fotografia pública se relaciona às noções de poder e de ideologia inseridas na nova história política.

Segundo Ana Maria Mauad (2015):

Os estudos sobre fotografia e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder. (...) É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos (MAUAD, 2015, p. 13).

A imagem torna-se importante para os estudos históricos os quais vão emitir uma relação de informações para as diferentes áreas do conhecimento. Na realidade, a intenção do fotógrafo é registrar o contexto de uma época, um momento singular do tempo.



O mundo das fotografias/imagens se divide em duas grandes esferas que não podem ser separadas, pois uma necessita da outra para existir. A primeira esfera seria das imagens como representações visuais, isto é, desenhos, pinturas, gravuras, fotografias, as imagens cinematográfica, televisas e infográficas. A segunda esfera se refere às imagens na nossa mente, trata-se do domínio imaterial. Nessa esfera, as imagens aparecem como visões fantasias, imaginações, esquemas, modelos (SANTAELLA; NÖTH, 2005), ou seja, de modo geral como representações mentais, “não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais” (SANTANELLA; NÖTH, 2005, p. 15).

Como mostram algumas imagens nos livros didáticos de História para o Ensino Médio, uma delas retrata uma ampla mobilização popular, de apoio à emenda, e que resultou em grandes comícios em várias partes do Brasil, cujo *slogan* era “Diretas Já!”.

Figura 01 - Comício das eleições diretas, 1984.



Fonte: Campos, Pinto e Claro (2016).

A fotografia da Figura 01, na análise da fotografia de Cynthia Brito feita, em 1984, revelam-se as manifestações por eleições diretas para Presidente, que levaram milhões de pessoas às ruas em todo o Brasil.

Ao examinarmos essa imagem (Comício das Eleições Diretas, 1984), observa-se ambiente externo, limpo, iluminado pela luz solar e sugestivo de um parque. Céu azul, com poucas nuvens e apresentado em grande extensão. Presença de prédios e um monumento ao fundo. Destaque para as pessoas em cima dos prédios e no chão, com roupas de cores diversas, bandeiras de cor azul, vermelha, amarela, roxa. O colorido faz com que a imagem desperte a curiosidade do leitor/aluno. Foi descrito o contexto de produção nas faixas, com base em aspectos referentes às políticas de incentivo às “Diretas Já!”.

O uso da imagem deve ser significativo, deve ter intencionalidade, é necessário ter qualidade, como afirma Joly (2007), “as imagens mudam os textos, mas os textos, por sua vez, mudam as imagens”.

Figura 02 - Tancredo Neves discursava como presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1985, após a vitória do Colégio Eleitoral.



Fonte: Vicentino e Vicentino (2016).

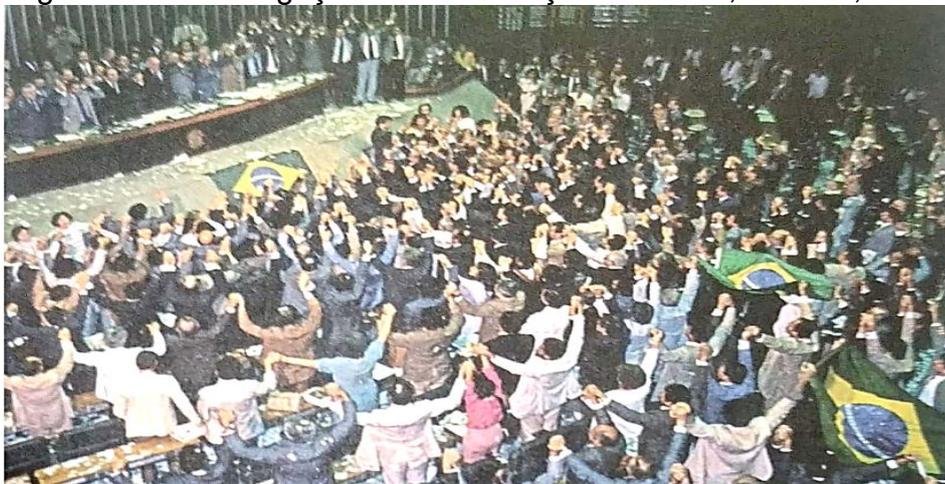
A fotografia é de autoria do fotógrafo Carlos Namba/Coleção Abril. A imagem conta exclusivamente com a presença de homens em sua maioria, e uma mulher, totalizando 22 personagens, localizadas em um ambiente que se assemelha a um lugar reservado e bem cuidado. Duas pessoas estão sentadas, uma discursando, três aplaudindo, duas estão com um braço levantado e as outras pessoas estão em pé. Elas apresentam idades distintas até os oitenta anos de idade, o que significa o período de dedicação à carreira

política. A figura traz a imagem de homens e uma mulher com vestes sociais, de cores neutras e escuras, em seus rostos transparecem um semblante de felicidade, que simboliza vitória, uma sensação de esperança e, ao mesmo tempo, o sentido de ‘dever cumprido’, por quem defendeu a luta pelas Diretas Já! Ela ilustra a página da coleção Olhares da História – Brasil e mundo, volume 3, acompanhada de legendas explicativas e um pequeno texto escrito que retrata a transição democrática: esperança e apreensão quanto ao futuro do Brasil.

É preciso que o leitor adquira os conhecimentos correspondentes e desenvolva a sensibilidade necessária “para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens significam, como elas pensam, quais são seus modos específicos de representar a realidade” (SANTAELLA, 2012, p. 13).

Sobre esse assunto, Joly (2007, p.19) afirma que uma imagem é, antes de tudo, algo que se “assemelha a alguma coisa”. Até mesmo quando essa imagem não é concreta, como nos “sonhos e fantasias”, por exemplo, ela se assemelha com a visão natural das coisas. Esta semelhança coloca a imagem na “categoria das representações”, sendo definida, portanto, como signo analógico, que tem na semelhança o seu princípio de funcionamento.

Figura 03 - Promulgação da Constituição do Brasil, Brasília, 1988.



Fonte: Campos, Pinto e Claro (2016).

A imagem 03 retrata o momento da promulgação da Constituição, em Brasília, ano de 1988. É uma imagem fixa, como defini Santaella (2005), sem movimento. Torna-se visualizável na imagem centenas de pessoas aglomeradas em um mesmo local, em busca do mesmo objetivo.

O cenário com centenas de pessoas, homens e mulheres, com os braços suspensos, transmitem agitação e inquietude. E, sobretudo, permite uma correspondência entre ambiente e espaço. A imagem dos deputados cantando, com os braços levantados e as mãos dadas, com várias bandeiras do Brasil, simbolizando o patriotismo, transmite-nos a sensação de euforia e alegria diante das conquistas sociais. Representando símbolo de esperança, após um longo período de ditadura, a elaboração de uma Constituição retomou o sonho do Brasil como país do futuro. O sentido de esperança, destacado na figura 03, contribui na construção da identidade nacional, onde a ideia é de que o brasileiro não desiste nunca e está sempre caminhando em busca de um sonho que ainda não realizou, mas está por acontecer.

Figura 04 - Capa da revista Veja 1989, com a manchete: “A batalha final para mudar o Brasil”.



Fonte: Campos, Pinto e Claro (2016).

É uma fotografia de tamanho pequeno, localizada no recanto da página do livro de História, acompanhada do texto central, ressaltando que, a temática presente na fotografia, também se faz presente nos textos. Joly comenta que não se deve pensar que a imagem visual exclui a linguagem escrita. Além disso, a autora defende que “é a conformidade ou a não conformidade entre o tipo de relação imagem/texto e a expectativa do receptor que dão à obra um carácter de verdade ou de falsidade” (JOLY, 2012, p. 121). Esta relação de complementaridade entre imagem e palavra consiste em comunicar aquilo que a imagem dificilmente demonstra.

Na figura 04, as cores estão representando o partido eleitoral de cada candidato. O candidato Luís Inácio da Silva está destacado pela cor vermelha, enquanto a cor azul representa o partido do candidato Fernando Collor de Melo. A foto de ambos está simbolizando a batalha em busca da presidência do país.

Figura 05 - Fernando Collor de Melo recebendo a faixa presidencial do ex-Presidente José Sarney, 1990.



Fonte: Alves e Oliveira (2016).

A fotografia de autoria do fotógrafo Antonio Ribeiro/Abril, Comunicação S/A, traz a imagem de dez homens usando ternos de cores escuras, que passam a sensação de poder, autoridade, confiança e comprometimento. As imagens dos rostos em ângulos laterais e sérios deixam transparecer um ar de serenidade, formalidade e responsabilidade. Segundo Santaella, para lê-se uma imagem, “deveríamos ser capazes



de desmembrá-la parte por parte, como se fosse algo escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra” (SANTAELLA, 2012, p. 12).

Esses fatos do período de redemocratização estão registrados nos livros didáticos através dos infográficos¹, como também na memória de quem viveu o momento histórico. Para Kossoy (2007), a fotografia é uma fonte histórica de uma dimensão interdisciplinar, sendo apenas o ponto de partida para desvendar o passado. Ela reflete partes da realidade que ficaram registradas, representa a estagnação do ocorrido, do gesto, do cenário, da época e da paisagem. É, portanto, a imortalidade de um momento, ou seja, da memória, tanto da individual, quanto da coletiva, dos costumes, do fato social, quanto da paisagem urbana e da natureza. É uma fonte de informação e emoção, é memória visual do mundo real e natural, da vida individual e social.

14

4 Considerações finais

A leitura realizada com os livros didáticos de História para o Ensino Médio, PNLD 2018, nos mostrou que eles têm acompanhado os avanços da técnica de produção de materiais impressos. Assim, os padrões historiográficos também dialogam com a produção do livro, abordando aspectos culturais e da sociedade.

Este estudo possibilitou a compreensão de que o livro didático é um material atravessado por dimensões complexas das culturas escolares e, ao mesmo tempo, das culturas extraescolares. Ao confrontar as diferentes propostas de leitura de imagens visuais, impressas nos livros didáticos, foi possível ver como a produção dos saberes docentes e escolares participam da formação das tendências dominantes, que priorizam, atualmente, determinadas metodologias de leitura de imagens em detrimento de outras.

¹ Um infográfico é uma explicação feita por meio de imagens (fotografia, desenho, gráficos, anagramas etc.) que, é usada para sintetizar uma notícia ou resumir as informações apresentadas num texto (DICIONÁRIO ONLINE).



As imagens relacionadas ao passado possibilitam vários olhares e interpretações da História, portanto, sob novas perspectivas e sensibilidades. As imagens acerca do Período de Redemocratização trazem informações que mexem com memórias. Portanto, as imagens desse período representadas nos livros didáticos, servem para além de fontes de ensino, são fontes de pesquisa acerca da memória. Memória tem-se demonstrado como temática muito explorada nas academias e centros de pesquisa (TAMANINI; MEDEIROS; MORAIS, 2020).

Assim, a fotografia é constituída de elementos que representam tanto a experiência coletiva como a experiência particular. Nela, é potencializado o papel de resgatar memórias, aflorar sentimentos e aguçar a imaginação, resultando na criação de novas imagens, sejam estas concebidas como representação ou como apresentação de algo ou alguém.

Segundo Santaella (2005, p. 86), o “espectador deve se abrir sensorialmente, deixar se levar pelas cores”, linhas, texturas criadas, da luz e o que mais achar importante. Isto significa que o melhor é não julgar e, então, tentar “ver o signo em sua pureza”, sem qualquer interpretação, pois esta vem de forma muito rápida e, muitas vezes, não permite que se enxergue o que está nas ‘entrelinhas’.

A análise das imagens no período de redemocratização revelou a importância destas enquanto recurso de aprendizagem desde que estimulem a reflexão. Isso implica dizer que nem todas são autoexplicativas. Essas imagens trazem o registro do vivenciado, flagrado com o intuito de veiculação de informações a partir de uma ótica de visão, aquela vivenciada por quem as produziu. A análise dessas imagens teve o objetivo de descobrir os interesses políticos, indicando perspectivas, possibilidades e intenções de se lidar com a memória e história.

Referências

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexão com a história**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.



BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008. Coleção docência em formação. Série ensino fundamental/coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e Ensino da História do Brasil. In: CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda. (org). **Ensino de História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007, p. 33-52.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Programas Livro Didático – PNLD**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov/programas/pnld.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO Regina. **Oficina de história**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016.

CARRANO, Paulo. Toda ditadura quer controlar o campo educacional, porque é nele que há liberdade para pensar e construir novos caminhos para a sociedade.

<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/toda-ditadura-quer-controlar-o-campo-educacional-porque-e-nele-que-ha-liberdade/>. Acesso em: 14 out. 2020.

CIAMPI, H.; CABRINI, C. Ensino de história: histórias e vivências. In: CERRI, L. F. (org.). **O ensino de história e a ditadura militar**. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

DIAS, Geraldo Pedrosa de Araújo. **Pra não dizer que não falei das flores**. São Paulo: RGE, 1979, p. 6-49.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: ____. A memória coletiva. 2.ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais LTDA, Capítulo II, pág. 35 a 89, 1990.

JOLY, Martine. **A imagem e os signos**. Lisboa, 2007.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê, 2007.

MAUAD, Ana Maria. **Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar**. Universidade Federal Fluminense. 2015.

MEDEIROS, Risalva Ferreira Nunes de. **O ensino de história e o período de redemocratização em uma perspectiva imagética**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino) – UERN - UFERSA – IFRN, Mossoró, 2021.





SANTAELLA, Lúcia; NOTH, Winfried. **Imagem**: cognição, semiótica e mídia. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **A leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

TAMANINI, Paulo Augusto; MEDEIROS, Risalva Ferreira N de; MORAIS, Ana. Meyre de. Algumas ponderações acerca das imagens do Período de Redemocratização, nos livros didáticos de História. In: AGUIAR, Ana L. O; CHAVES, Flávio M, C; DE ANDRADE, Fco Ari; MUNIZ, Rita de F. (org.). **Educação: práticas, diversidade e inclusão**. CRV, 2020, p. 29-41.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. **Olhares da história**: Brasil e mundo. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

ⁱ **Risalva Ferreira Nunes de Medeiros**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5308-6878>

Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA, UERN, IFRN)

Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UFERSA, UERN, IFRN/CNPq. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, especialista em Supervisão Educacional e professora/supervisora da Prefeitura Municipal de Mossoró.

Contribuição de autoria: Escrita do texto, análise das fontes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7307705976734766>

E-mail: risalvaferreiranunes@gmail.com; risalvaferreira@hotmail.com

ⁱⁱ **Dulcilene Leite de Amorim Moraes**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8023-8160>

Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA, UERN, IFRN)

Mestranda em ensino -Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) associação ampla UERN, UFERSA, IFRN- Especialista em Docência para a Educação Profissional pelo SENAC e Especialista em Recursos Humanos (UERN). Professora de educação profissional.

Contribuição de autoria: Escrita do texto

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5609571238162919>

E-mail: lenaamori@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Paulo Augusto Tamanini**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6963-2952>

Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA, UERN, IFRN)

Professor e Orientador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UERN/UFERSA/IFRN) e do Departamento de Artes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em História (UFSC), com Estágio Pós-Doutoral em História pelo PNPd-CAPES na UFPR.

Contribuição de autoria: problematização, escrita e revisão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2405551882781242>

E-mail: professor@tamanini.com.br

^{iv} **Ana Meyre de Moraes**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7394-0579>

Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA, UERN, IFRN)





Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla UFERSA, UERN, IFRN. Licenciada em Pedagogia pela UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Imagem e Ensino (CNPq/UFERSA). Docente/Secretaria Municipal de Educação de Baraúna – RN.

Contribuição de autoria: Escrita e revisão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5747111849701467>

E-mail: ameyremorais@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Jucieude de Lucena Evangelista

Como citar este artigo com mais de Três autores (ABNT):

MEDEIROS, Risalva Ferreira Nunes de *et al.* Entre Imagens e Letras: a memória da redemocratização do Brasil, a partir das fotografias dos livros didáticos de história. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e47336, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.47149/pemo.v4.7336>

Recebido em 22 de novembro de 2021.

Aceito em 18 de março de 2022.

Publicado em 20 de março de 2022.

